

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS

Alice Vieira Duarte

**O IMPACTO DO CONSERVADORISMO NA DISCURSIVIZAÇÃO DO
CASAMENTO HOMOAFETIVO NO BRASIL:**

uma análise do discurso político-religioso de um parlamentar

Porto Alegre
2. semestre
2024

Alice Vieira Duarte

**O IMPACTO DO CONSERVADORISMO NA DISCURSIVIZAÇÃO DO
CASAMENTO HOMOAFETIVO NO BRASIL:**

uma análise do discurso político-religioso de um parlamentar

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação
apresentado ao Departamento de Linguística,
Filologia e Estudos Literários do Instituto de Letras
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
como requisito parcial para a obtenção do título de
Licenciada em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Ferreira Cassana

Porto Alegre
2. semestre
2024

Alice Vieira Duarte

**O IMPACTO DO CONSERVADORISMO NA DISCURSIVIZAÇÃO DO
CASAMENTO HOMOAFETIVO NO BRASIL:**

uma análise do discurso político-religioso de um parlamentar

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Solange Mittmann
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Ms. Ezequiel Nunes Pires
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dra. Mônica Ferreira Cassana
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Orientadora

RESUMO

O presente trabalho utiliza os instrumentos teórico-metodológicos da Análise do Discurso materialista, conforme desenvolvida por Michel Pêcheux, para analisar a fala do deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) durante uma sessão da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados, em 27 de setembro de 2023. A sessão discutiu a proposta de emenda ao Código Civil para proibir a união homoafetiva (PL 5167/09, apensado ao PL 580/07). O objetivo da análise é investigar como o sentido de casamento, principalmente o casamento homoafetivo, circula no discurso de um parlamentar de direita que apoia o projeto de lei, sendo, portanto, contrário ao casamento igualitário. O critério utilizado para a seleção das sequências discursivas que compõem o corpus foram as seguintes regularidades observadas no discurso: a ocorrência de negações; as condicionais; o uso de adversativas (contradições); e a presença de sujeitos ocultos e anáforas cujos referentes não estão materializados no nível do intradiscurso. Observou-se que as regularidades presentes no discurso do parlamentar contribuem para que seu funcionamento se aproxime do que Lima (2002) define como um discurso religioso.

Palavras-chave: Discurso político; Discurso religioso; Formação discursiva; Casamento homoafetivo.

SUMÁRIO

1	Apresentação.....	6
3	Referencial teórico.....	9
4	Construção do corpus.....	15
5	Conclusão.....	36
6	Referências.....	37
	ANEXO A.....	39

1 Apresentação

Lutar por direitos quando se é uma minoria social no Brasil implica uma postura de resistência constante, não só pela conquista de direitos mas pela manutenção do que já foi estabelecido, já que são existências colocadas à prova o tempo todo. É o caso das pessoas homossexuais, que até menos de 40 anos atrás eram vistas como portadoras de um desvio sexual, de acordo com a Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10). Só no ano de 1990 que a homossexualidade passou a não ser mais considerada como uma doença, como era desde 1942. Na data da decisão, que ocorreu no dia 17 de maio de 1990, é comemorado o dia internacional da luta contra a LGBTQfobia, e de fato, a luta existe até hoje. Os direitos conquistados são colocados à prova a cada nova onda conservadora que toma conta dos movimentos políticos em diversos países, não só no Brasil.

O presente trabalho se insere nesse contexto complexo e multifacetado, em que algumas das conquistas das pessoas que se relacionam homoafetivamente estão sendo ameaçadas, revelando que os avanços institucionais estão sempre em tensão com os conservadorismos do nosso país. Em 2011, o Superior Tribunal Federal (STF) reconheceu a união homoafetiva como entidade familiar, equiparando-a à união estável de casais heteroafetivos. O casamento homoafetivo é, sem dúvida, um marco significativo na luta por igualdade e reconhecimento dos direitos LGBTQ+. A conquista representa não apenas um avanço político, mas também um reconhecimento simbólico e social de suas relações afetivas e familiares.

Porém, um direito institucional não apaga as violências físicas e simbólicas que as pessoas dissidentes de gênero e sexualidade enfrentam todos os dias. Este ainda é um assunto que causa revolta nos defensores da moral cristã do país, e o resultado disso são Projetos de Lei (PLs) que surgiram e/ou voltaram a tramitar nos últimos anos, os quais ameaçam direitos conquistados pelas pessoas homoafetivas. De acordo com uma notícia da Agência Câmara de Notícias¹, “O Projeto de Lei 5167/09 proíbe que relações entre pessoas do mesmo sexo equiparem-se ao casamento ou a entidade familiar” (2023), ou seja, o projeto de autoria do Capitão Assunção (PSB), que está atualmente apensado ao Projeto de Lei 580/07 do ex-deputado Clodovil Hernandez (SP), inclui no Código Civil a possibilidade de que pessoas do mesmo sexo tenham um tipo particular de contrato de união que não se equipara à entidade

¹ Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/999217-projeto-inclui-no-codigo-civil-proibicao-de-uniao-homoafetiva#:~:text=O%20Projeto%20de%20Lei%205167.casamento%20ou%20a%20entidade%20familiar> Acesso: 28/04/2024

familiar ou ao casamento. A última movimentação² no trâmite do processo foi em dezembro de 2023, quando esse documento foi para análise da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR) e onde atualmente está aguardando pelo parecer. A próxima etapa de tramitação deverá ocorrer na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, onde seria feita uma análise preliminar de controle de constitucionalidade, seguindo então, em caso de aprovação, para a análise do Supremo Tribunal Federal (STF).

O cenário se complexifica ao considerarmos que o próprio texto da Constituição é contraditório. Isso mostra o quanto as contradições materializadas nos discursos revelam as contradições do mundo concreto. Cada proposição da Carta Magna é resultado de diversas disputas políticas, e não teria como ser diferente dada a magnitude do documento. Por essa razão, o STF torna-se ainda mais importante em sua função de estabelecer princípios de como lidar com essas diferentes polissemias. Nas definições legais sobre o casamento na Constituição Federal de 1988, no capítulo VII, artigo 226, inciso 3º, o casamento é definido como a união entre o homem e a mulher, mesma definição dada pelo Código Civil (2002). Ou seja, os próprios documentos legislativos carregam em si um sentido conservador naturalizado sobre casamento, que evidencia sua contradição quando olhamos para o artigo 5º da mesma Constituição, já que esse artigo postula sobre a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, sem distinções de qualquer natureza. Dessa forma, podemos nos perguntar por que a união entre pessoas do mesmo sexo não poderia ser incluída na definição de casamento de forma igualitária.

O STF é o guardião da Constituição Federal, documento que tem como princípio básico a dignidade da pessoa humana. O STF, quando acionado, tem como dever barrar qualquer lei que fere esse princípio. Em relação à homossexualidade, o STF já agiu sobre alguns casos, por exemplo, quando definiu que atos de homofobia poderiam ser enquadrados como crime de injúria racial, já que não existe uma norma específica para isso. Além disso, o STF foi o responsável por aprovar a união civil entre pessoas do mesmo sexo em 2011. Portanto, é esperado que, por risco de incoerência, o STF preze pela manutenção dos direitos das pessoas homossexuais, e não pela retirada dos mesmos.

De qualquer modo, a movimentação deste projeto pela Câmara dos Deputados é geradora de debate no âmbito social, e também é algo representativo de como o Brasil ainda reluta em relação aos direitos das pessoas homoafetivas, de forma que estes direitos não estão

² Durante a escrita desse trabalho, houveram movimentações no trâmite do PL citado. A deputada Erika Hilton foi designada como relatora, e houve uma nova reunião da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial no dia 13 de agosto de 2024 para discussão e votação do projeto 580/07 e seus apensados. Mais informações sobre os trâmites podem ser consultadas no portal da Câmara dos Deputados.

totalmente assegurados e ainda encontram-se sob ameaça do conservadorismo. Sob o ponto de vista da Análise do Discurso, esse acontecimento não deixa de ser um acontecimento discursivo, visto que existe em resposta a um acontecimento anterior (a aprovação da união civil homoafetiva pelo STF em 2011) e ambos fazem parte da construção da memória nacional em torno de um assunto tão polêmico quanto a homossexualidade (Voss, 2011, p. 2). Pêcheux diz que o acontecimento é "o ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória" (1983, p. 17). Assim, poderíamos dizer que a memória aqui mobilizada são as revoluções sociais ocorridas ao longo do tempo, mas principalmente nas últimas décadas, que modificaram os sentidos possíveis sobre união/casamento, abrindo espaço para sentidos reformulados a partir das diferentes vivências familiares e afetivas que existem e são cada vez mais reconhecidas. Já a atualidade seria o choque entre essas reformulações e as ondas conservadoras na política, que desejam manter o sentido de "casamento" atrelado a uma formação discursiva (FD) conservadora.

Assim, podemos dizer que trazer tal discussão à tona revela o quanto os sentidos sobre o "casamento", "união" e "família" são tensionados e acumulados no interdiscurso, e o quanto, no discurso, são materializadas as contradições que existem nas relações do mundo exterior. Ou seja, o conservadorismo interpela os sujeitos e, portanto, os discursos.

Após apresentar esse panorama sobre o casamento homoafetivo e os direitos civis, passaremos aos objetivos deste trabalho: a partir dos instrumentos teórico-metodológicos da Análise do Discurso materialista desenvolvida por Michel Pêcheux, analisaremos a fala do deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados, que ocorreu no dia 27 de setembro de 2023 e discutiu a proposta que inclui no Código Civil a proibição da união homoafetiva ([PL 5167/09](#), apensado ao [PL 580/07](#)). O objetivo da análise será investigar como, principalmente, o sentido de "casamento", mas também sentidos sobre relações de gênero e sexualidade são materializados no discurso de um parlamentar, filiado a um partido de direita, que é a favor do PL e, portanto, contra o casamento igualitário.

O discurso é onde língua e ideologia se conectam em um processo de produção de sentidos, portanto, é relevante analisar como essa relação ocorre no discurso político. Nesse discurso, o sujeito utiliza a linguagem para produzir sentido em condições de produção afetadas pela ideologia conservadora, persuadindo outros sujeitos (público presente na sessão, possíveis aliados políticos, eleitores). No movimento pendular entre as análises e a construção do referencial teórico, fomos observando que o discurso em questão apresentou características de um discurso, além de político, religioso, a partir das considerações de Lima (2002) sobre o

funcionamento do discurso religioso da Igreja Universal. Considerando que o discurso religioso possui um grande poder sobre os sujeitos, decidiu-se focar a atenção em seu funcionamento para investigar como ocorreu a transmissão de uma determinada ideologia no interior de um discurso político, numa discussão de proposta legislativa.

Ao reunir as sequências discursivas desta análise, nas próximas seções deste trabalho, pretendemos observar as tentativas de restringir a multiplicidade de sentidos atualizados sobre “casamento”, a partir de uma formação discursiva marcada por valores religiosos. O sujeito tem a ilusão de conhecer o seu sentido “concreto”, ou seja, a ilusão de que a linguagem pode ser transparente, de forma que no seu discurso essa palavra toma uma forma aparentemente homogênea e não contraditória, já que “o sujeito se “esquece” das determinações que o interpelam” (Pêcheux, 1975, p. 158).

3 Referencial teórico

O Direito é também uma linguagem, assim como a Igreja e a religião³. Uma linguagem que produz e reproduz relações de poder. Os documentos legislativos são compostos de leis que são lidas de forma taxativa e fechada, como se não tivessem espaços para deslizamentos de sentidos. Da mesma forma, os religiosos fundamentalistas do nosso país pregam a bíblia como esse documento fechado, muitas vezes tomando seus valores como leis comuns a todos. No Brasil, vivemos num contexto político em que política e religião se misturam em muitas esferas, apesar de estarmos falando de um Estado laico. Um exemplo disso é a existência da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional que, atualmente, conta com mais de 200 integrantes entre deputados federais e senadores, e existe, exclusivamente, para defender os interesses das lideranças evangélicas do país.

Portanto, apesar de a liberdade religiosa garantida pela Constituição Federal a todos os cidadãos brasileiros, é evidente que existe um discurso religioso que tem mais aceitação e autoridade do que outros, que é o caso do discurso religioso cristão e evangélico, cuja autoridade lhe permite circular em espaços que teoricamente não deveriam, já que, em uma discussão legislativa, os sentidos privilegiados deveriam ser desatrelados de valores religiosos. Dessa forma, pelas lentes da Análise do Discurso materialista, podemos compreender quais sentidos sobre casamento circulam no discurso do parlamentar, principalmente quando fala sobre o casamento igualitário. Vemos que esse discurso é

³ A religião aqui tratada é a cristã.

interpelado por uma formação discursiva religiosa, mesmo quando realizado em um espaço de discussão política, como o caso da Câmara dos Deputados, local onde ocorreu a Comissão de onde foram recortadas as sequências discursivas investigadas aqui.

Segundo Pêcheux (1975), os sujeitos são interpelados pela ideologia e sempre falam a partir de uma formação discursiva historicamente determinada. É a ideologia que fornece as evidências que fazem com que as palavras e os enunciados pareçam “querer dizer exatamente aquilo o que dizem” (Pêcheux, 1975, p. 146). Dessa forma, sob a ilusória “transparência da linguagem”, a ideologia é que, de certa forma, media nosso encontro com o “real”. Dentro de uma determinada FI (formação ideológica), chamamos de formações discursivas (FD) aquilo que organiza os discursos e “determina o que pode e deve ser dito” (Ibidem, p. 147) e, portanto, as palavras e enunciados mudam de sentido conforme a FD em que são produzidos, porque mudam as posições sustentadas por aqueles que as enunciam.

Como veremos adiante nas análises, foi possível identificar duas formações discursivas em jogo no discurso do sujeito. Chamaremos de FD confessional a FD a qual pertence o sujeito que fala. O termo confessional foi escolhido em referência ao conceito de Estado confessional, que é “aquele que privilegia uma certa religião ou um grupo de religiões, transferindo para ela(s) recursos financeiros públicos, direta ou indiretamente, sancionando legalmente suas diretrizes morais (...)”⁴ (Observatório da Laicidade na Educação, [s.d.]). Em vista disso, parece que o Estado Confessional faz parte de um ideal de Estado que é revelado no decorrer do discurso do sujeito, como veremos adiante nas análises. Chamaremos de FD laica a formação discursiva antagônica à do sujeito, pois parece ser alinhada à defesa da laicidade do Estado, de forma que seria inadequado utilizar um texto religioso, como a Bíblia, para defender quaisquer argumentos numa discussão sobre um Projeto de Lei em um ambiente parlamentar.

A FD laica parece interpelar os sujeitos que representam esse “outro” com o qual o sujeito estabelece conflito diversas vezes em seu discurso. De acordo com Indursky (1990), quando um sujeito-falante mobiliza outras vozes em seu discurso, ele estabelece com esses outros enunciadores relações ideologicamente determinadas. Trabalharemos com a ideia de antagonismo entre a FD confessional e a FD laica, visto que o sujeito está sustentando um posicionamento com seu discurso (a favor da PL que proíbe o casamento igualitário) e mobiliza vozes que representam posições de sujeitos contrárias à sua:

⁴Observatório da Laicidade na Educação. Disponível em: <<http://ole.uff.br/o-que-o-estado-laico-nao-e/#:~:text=O%20Estado%20confessional%20%C3%A9%20aquele>>. Acesso em: 4 jul. 2024.

(...) em AD, a relação polêmica não se estabelece diretamente entre dois sujeitos, mas entre duas posições de sujeitos que representam FD antagônicas. Assim, a polêmica discursiva não é individual, ela decorre do confronto entre práticas discursivas sociais. (Indursky, 1990, p. 119)

Assim sendo, embora o discurso em análise tenha sido realizado em um espaço político, parece que existe um discurso religioso específico, nesse caso, cristão, que faz parte dessa FD confessional e que é naturalizado o suficiente para poder definir o que é “verdade” na nossa sociedade, mesmo fora dos limites da Igreja, que seria seu espaço de dominância. Aos sujeitos dessa FD, é conferido um *poder dizer*, como um “espaço logicamente estabilizado” nos termos de Pêcheux (1983) que lhes permite mobilizar e impor esses sentidos mesmo quando entram em conflito com o interesse público, como numa discussão política sobre um PL. No caso do discurso analisado no presente trabalho, o sujeito tenta realizar um discurso lógico, tentando “provar” que seus argumentos são legítimos e construídos racionalmente, bem como há a ilusão de serem destituídos de ideologia e estarem apenas em busca da “verdade”. Esse é um efeito do primeiro esquecimento definido por Pêcheux (1975), que tem relação com o inconsciente e fala sobre a impossibilidade do sujeito encontrar-se no exterior da formação discursiva que o domina (p. 162). Ou seja, o sujeito se “esquece” das determinações que o colocam na posição que ocupa, e tem a ilusão de ter controle sobre o seu dizer e seus efeitos de sentido.

As palavras, expressões, proposições e afins mudam de significado de acordo com as posições assumidas pelo falante, e elas ganham sentido em relação às formações ideológicas nas quais essas posições estão inseridas. Em uma dada formação ideológica, as formações discursivas são o que determina o que pode e deve ser dito. Assim, o significado das palavras é atribuído pela formação discursiva em que são produzidas (Pêcheux, 1975, p. 147).

Considerando as evidências que apontam a filiação do sujeito a uma formação discursiva religiosa, os sentidos mobilizados em seu discurso sob a aparência de uma “verdade concreta” são sentidos pautados em valores bíblicos. O sujeito tenta confinar o sentido de casamento numa concepção única, tentando conter uma possível multiplicidade de sentidos. Ao analisar o funcionamento do discurso religioso da Igreja Universal, Lima (2002) mostra que a contenção da polissemia é uma característica presente no discurso religioso, que “caracteriza-se por ser autoritário e assimétrico quanto à posição dos interlocutores” (p. 12), assim como é um discurso persuasivo, tendo a argumentação como um ponto central.

Teoricamente, o discurso religioso e o político são discursos que se realizam em espaços diferentes e com fins diferentes, nesse caso, a Igreja e o Estado. O sujeito, ao ter conhecimento sobre a impraticabilidade de se misturar religião e política, principalmente

numa discussão de decisão legislativa, em alguns momentos nega o seu posicionamento alinhado a valores religiosos, e nega o uso da bíblia como argumento, de forma a tentar distanciar-se desse discurso religioso. Ele faz isso tentando defender-se de um “outro”, que não é exatamente um interlocutor, mas cuja voz é recuperada algumas vezes nesse discurso, num mecanismo de antecipação que faz parte da argumentação do sujeito (Lima, 2002) já que ele tenta “prever” o que esse outro pode esperar dele. A antecipação ocorre na esfera das formações imaginárias, a qual falaremos em seguida.

Assim, a negação que o sujeito enuncia nos leva a recuperar o conceito de negação polêmica proposto por Indursky (1990). A negação é um processo discursivo em que o enunciado positivo manifesta-se através do enunciado negativo, e o efeito polêmico surge a partir da relação antagônica entre duas formações discursivas mobilizadas. Ao negar o uso da bíblia como argumento, o sujeito rejeita uma voz de uma formação discursiva oposta àquela que lhe atravessa. Dito em outras palavras, o sujeito recupera uma voz de outra FD (a FD laica) que “acusa” os sujeitos da FD confessional de usarem a bíblia como argumento em discussões políticas sobre o casamento homoafetivo. Ao recuperar essa voz, o sujeito a rejeita, negando que faz aquilo que é acusado de fazer. Isso diz respeito às formações imaginárias, já que o sujeito não só cria uma imagem do outro, como também cria uma imagem sobre a imagem que o outro cria dele (Gadet; Hak, 1993).

Em vista disso, o sujeito antecipa que esse “outro” espera dele argumentos de ordem religiosa e, portanto, nega esses argumentos em seu discurso, tensionando as forças entre a FD confessional e a FD laica para favorecer a argumentação que desenvolve. Conforme Indursky (1990), as formações discursivas antagônicas estabelecem uma relação polêmica entre os sujeitos afetados. Assim, o sujeito reconhece e se opõe aos saberes antagonistas, criando um efeito polêmico no discurso.

Uma característica marcante desse discurso religioso que precisa ser persuasivo, que restringe as formulações de sentido para conter e direcionar o entendimento de seu interlocutor (ou tem a ilusão de o fazer), é a mobilização de formações discursivas diferentes por conta da antecipação. Para o sucesso de sua argumentação, o sujeito antecipa em vários momentos os posicionamentos de quem imagina serem seus interlocutores para argumentar. Um exemplo disso é a ocorrência das condicionais, conforme descrito por Lima (2002), que ocorre quando se tem duas ações, em que uma expressa uma condição necessária para a realização da ação ou estado apresentado na outra, a oração principal, criando uma dependência entre ambas. Em relação ao seu funcionamento discursivo, Lima (2002) argumenta que o uso de orações condicionais pode ser uma ferramenta poderosa para o sujeito

do discurso religioso, já que a falta de complementação explícita nas condicionais permite ao líder religioso direcionar a argumentação, controlando o fluxo do discurso e as interpretações possíveis.

Em relação a esse “outro” que aparece no discurso do sujeito, aderido à FD laica, às vezes aparece como interlocutor, e às vezes como objeto de quem se fala. A decisão em chamar esse(s) sujeito(s) de *outro* neste trabalho deve-se à recorrência de anáforas gramaticalmente “vazias” no nível do intradiscurso do objeto de análise. Ou seja, observa-se a ausência de um referente materializado no texto para preencher de sentido os elementos anafóricos (como “eles”), de forma que precisamos olhar para a exterioridade, o nível do interdiscurso, para recuperá-los. É isso que constitui o gesto analítico no domínio da anáfora discursiva, como proposta por Indursky (1990), que direcionou a leitura feita nas análises das sequências discursivas:

A anáfora discursiva constrói-se sobre um dito retomado na superfície textual e sobre um já-dito retomado na exterioridade do texto. (...) Essas duas interpretações apontam para a tensão discursiva que existe em torno da questão que está em debate, ao mesmo tempo que permitem visualizar como a representação imaginária do referente aponta para diferentes posições sujeito a propósito de uma determinada questão. Por essa razão, ela não é da ordem do recuperável textualmente (...) (Indursky, 1990, p. 5).

Em vista disso, são vários os grupos de sujeitos que são referidos ao longo da fala do sujeito e que poderiam preencher esse referente gramaticalmente vazio que ocorre nas anáforas. A regularidade notada nesses referentes, ou seja, o ponto de encontro entre esses diferentes sujeitos recuperados no discurso, é a defesa de que o Estado atue a partir de princípios fora da ordem religiosa, e desatrelado dos interesses da Igreja, e por isso, a filiação desses sujeitos à FD laica. O sujeito, ao naturalizar conhecimentos advindos da bíblia, discursiviza o outro como ideológico enquanto ele mesmo seria destituído de ideologia. Ao mobilizar essas diferentes posições de sujeitos em seu discurso, o sujeito revela o lugar que esse outro ocupa em seu discurso, ou seja, as imagens criadas de si, do outro e do objeto do seu discurso.

Como mencionado, as relações com a exterioridade são constitutivas do discurso, assim como a memória histórica e os sentidos acumulados no interdiscurso. O funcionamento de qualquer discurso é afetado pela formação ideológica e corresponde a um lugar no tecido de uma dada formação social. Isso fala sobre as condições de produção daquele discurso, que determina o lugar em que cada sujeito situa-se. Ou seja, a posição ocupada pelo sujeito determina as condições de produção de seu discurso e vice-versa (Pêcheux, 1969; Voss,

2011). Portanto, o conceito de condições de produção do discurso está lado a lado com o conceito das formações imaginárias, pois essas são designadas a partir desses lugares onde os sujeitos situam-se.

No seu trabalho sobre o discurso religioso, Lima (2002, p. 18) postula cinco categorias de sujeitos do discurso religioso: o Sujeito (Deus), o sujeito religioso (indivíduo interpelado), o pregador, o Diabo e os maus sujeitos. A partir da análise desse discurso político, que revela também um funcionamento de um discurso religioso, observando a posição que o sujeito ocupa em seu discurso, e a posição em que coloca os *outros* (para quem se fala e de quem se fala), é possível situar esse sujeito na categoria de pregador “o qual funciona como um mediador entre o Sujeito e os sujeitos, detentor da verdade divina” (Lima, 2002, p. 21). A “verdade” é algo que gera poder, e se um sujeito tem acesso a uma verdade que os outros não têm, isso lhe confere poder sobre estes outros, e também uma função de inculcar esses saberes nos sujeitos.

Diante disso, ao observarmos as anáforas discursivas presentes no discurso, e a falta de sentidos materializados que preencham os referentes na superfície textual, nota-se que uma forma do sujeito ocupar esse lugar de pregador é através da obscuridade, outra característica do discurso religioso posta por Lima (2002:

O discurso religioso é marcado também pela obscuridade, a qual se deve ao fato de ocultar o que não convém que seja dito e, principalmente, por fazer com que os sujeitos tenham que se esforçar para entender o desconhecido, o intocável, o enigmático, o que está tão perto e ao mesmo tempo tão distante. (Lima, 2002, p. 14)

Além disso, as formas indeterminadas também aparecem com frequência, como “aquele(s)” e “todos os que”. No caso do discurso em questão, vemos formas na terceira pessoa do plural que não são nomeadas como “dizem que”, ou “eles falam”. Isso também contribui para ser um discurso que carrega um certo mistério, pois não fica claro de quais pessoas está falando, o que também aumenta a distância entre o sujeito pregador e os sujeitos ouvintes, já que as possibilidades de efeitos de sentido são muitas e tornam-se difusas.

Em vista disso, o discurso em questão carrega em si a contradição de ser enunciado por um sujeito parlamentar, que fala a partir de um determinado lugar de representação política, mas tem essa filiação à FD confessional que privilegia certos saberes, e o próprio funcionamento desse discurso transcende a sua função meramente política e acaba o aproximando de um discurso religioso. Para esse sujeito, todos compartilham as mesmas evidências que apontam para os mesmos significados de família, união e casamento, mesmo quando seu discurso mobiliza vozes de outras formações discursivas que oferecem outros

possíveis sentidos. Esse reconhecimento, da ordem do inconsciente, de outras vozes, gera um efeito cínico (Cassana, 2018).

Cada sentido se forma a partir de um aparato ideológico que interpela o indivíduo, acumulando historicamente diversos sentidos sobre uma mesma palavra. Assim, existe uma formação discursiva que fornece ao indivíduo as evidências para esse sentido naturalizado de casamento como "apenas" entre homem e mulher, porém, o sujeito rejeita e acoberta outras formulações, de forma a defender apenas uma concepção aceitável como efeito de um esquecimento cínico, acreditando que os saberes naturalizados em sua FD sobre o casamento são "naturais" e não ideológicos.

A ilusão da transparência no discurso cínico é necessária para que o sujeito desse discurso possa propagar saberes sem compromisso com a verdade. Ou seja, o sujeito faz afirmações sobre o sentido de casamento como se fosse uma correspondência direta com a realidade, e essa falta de pudor é essencial para que sua ideologia (disfarçada de não-ideologia) seja aceita (Cassana, 2018, p. 152). Justamente essa é a função do pregador: “garantir a dominação de Deus sobre os indivíduos, promovendo a coerção através da linguagem” (Lima, 2002, p. 21). Ao longo das análises, será possível observar como esses movimentos discursivos estão servindo a uma função de persuasão, de incutir uma verdade sobre os interlocutores. No entanto, esse indivíduo também faz parte do mundo temporal, e mesmo se colocando como mais próximo da “verdade”, ou mais próximo de Deus, também é um sujeito equívoco, interpelado por essa mesma ideologia. Portanto, a “verdade” que ele defende não é mais “pura”, ou melhor, menos ideológica do que outros saberes de outras formações discursivas.

4 Construção do corpus

Para a construção do corpus do presente trabalho, foi realizada a transcrição de parte da fala de Nikolas Ferreira na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família que ocorreu dia 27 de setembro de 2023 para discutir e votar o PL 5167/09. Esse PL, como dissemos anteriormente, propõe incluir no Código Civil um tipo de contrato específico para a união civil entre pessoas do mesmo sexo, de forma que a união homoafetiva não teria o mesmo status de “casamento” que tem a união civil entre um homem e uma mulher. Considerando a extensão da fala do deputado, selecionamos 5 recortes que constituem as sequências discursivas que foram analisadas no trabalho. É importante, porém,

lembrar que as sequências discursivas fazem parte de um contexto, e esse contexto faz parte da análise discursiva em curso. Segundo Orlandi (1984):

Ao recortar uma sequência discursiva, ele (o analista) recorta uma porção de linguagem em situação, submetendo à análise um recorte discursivo e não uma frase ou um texto. Isso equivale a dizer que sequência discursiva e condições de produção são constitutivos do recorte e “o recorte é um fragmento da situação discursiva (Orlandi, 1984, p.14 apud Indursky, 1990, p.4).

Portanto, apesar dos recortes estarem em evidência nas análises, o gesto analítico recai sobre o objeto de análise como um todo. Por este motivo, é possível conferir a transcrição da fala do deputado nos anexos do presente trabalho.

Em relação à construção das sequências que compõem o corpus, o critério utilizado foram as regularidades observadas no discurso do sujeito. Essas regularidades são: a ocorrência de negações; as condicionais; o uso de adversativas (contradições); e a presença de sujeitos ocultos e anáforas cujos referentes não estão materializados no nível do intradiscurso. Considerando essas regularidades, outros trechos também poderiam ser incluídos nas análises, no entanto, não seria possível devido às limitações de tempo e extensão do trabalho de conclusão de curso.

4.1 Análises discursivas

SD1: “Não dá para poder tratar um tema assim complexo e que precisa da nossa atenção com argumentos de tipo ‘não quer aceitar o casamento homossexual, não case com um’ porque esse argumento ele é muito é frágil. Até mesmo porque eu poderia usar o mesmo argumento contrário dizer ‘Olha você não quer que Legalize as armas não compre uma arma’ então não faz sentido isso, eu acho que nós somos aqui parlamentares e a gente de fato precisa tratar da maneira mais séria e muitas vezes quando se trata aqui a respeito, por exemplo, dos cristãos, nos chamam né de fundamentalistas religiosos etc e dizem que a Bíblia não pode ser utilizada como argumento e saibam que eu não utilizarei hoje a Bíblia como argumento aqui neste nessa discussão mas, ao mesmo tempo, quando nós tomamos uma posição mais firme, até mesmo radical no sentido, né, para o mundo, de defender os nossos valores, eles falam assim ‘você é cristão, a Bíblia diz para poder amar’ aí a bíblia pode ser

usada como argumento mas não de maneira total, mas somente parcial (...)"

Ao iniciar a análise, verificamos a recorrência da palavra “argumento/argumentos”, a qual o sujeito repete pelo menos 6 vezes na SD1. Essa repetição pode ser lida como uma tentativa de reforçar algo, talvez provar que se está tentando construir uma argumentação. A argumentação é uma qualidade do discurso associada à racionalidade e polidez, ou seja, é como se o sujeito estivesse tentando legitimar o seu discurso, provar a sua racionalidade. Isso evidencia o esquecimento do sujeito (Pêcheux, 1975), já que ele tem a ilusão de ter controle sobre o seu dizer. Superficialmente, ele tenta se afastar de uma formação discursiva religiosa, e pela repetição da palavra “argumento” tenta legitimar seu discurso por uma via mais “racional”. Porém, veremos adiante como essa tentativa de afastamento e de controle do seu discurso acarreta em uma série de equívocos que revelam a filiação do sujeito.

Notamos que seu discurso começa numa via de negação. Sobre a negação como processo discursivo, Indursky (1990 p. 121) afirma que “o enunciado negativo é a manifestação de outro, afirmativo”. Podemos verificar esse funcionamento na SD1 nos trechos:

Trecho 1 - “Não dá para poder tratar um tema assim complexo e que precisa da nossa atenção com argumentos de tipo ‘não quer aceitar o casamento homossexual, não case com um’ porque esse argumento ele é muito é frágil.”

Trecho 2 - “não utilizarei hoje a Bíblia como argumento aqui nessa discussão”

Em ambos os trechos, o sujeito nega um saber de uma formação discursiva antagônica a que se refere em seus argumentos, a FD laica. Portanto, a negação empregada pelo sujeito em seu discurso na SD1 (“não dá para”, “não utilizarei”) tensiona essas duas posições de sujeito opostas: esse sujeito parlamentar, filiado à FD confessional, e esse *outro*⁵, filiado à FD laica. De acordo com Indursky (1990 p. 119), “sendo [FDs] antagônicas, a relação que se estabelece entre os sujeitos por elas afetados também o é, instaurando-se, por conseguinte, uma relação polêmica”. Ao iniciar sua fala a partir dessa negação polêmica, o sujeito mobiliza esses saberes antagônicos e se posiciona contrário a essas possibilidades. Esse conflito é o que

⁵ Aqui, chamamos de “outro” esse sujeito interlocutor, porque ele não é definido pelo sujeito-falante em nenhum momento. É tratado como um “outro” que se reveste de diferentes sentidos ao longo da fala: às vezes homossexual, às vezes militante, às vezes esquerdista. A regularidade observada é que esse “outro” faz parte de uma FD laica, que organiza discursos que defendem o direito ao casamento homoafetivo e rejeita a referência a valores bíblicos numa discussão jurídica-social.

causa o efeito polêmico. Além disso, dizer que a pessoa não precisa casar com um homossexual, como no argumento que ele menciona, se inscreve em uma FD que respeita o desejo do indivíduo, alinhada ao valor de liberdade que, politicamente, é bandeira desse parlamentar (filiado ao Partido Liberal). Portanto, podemos nos perguntar onde estaria a “fragilidade” do argumento?

Ao olharmos para o enunciado “nos chamam né de fundamentalistas religiosos etc e dizem que a Bíblia não pode ser utilizada como argumento” o sujeito denuncia um *outro* que faz as afirmações: “nos chamam”, “dizem que”. Ou seja, em seu discurso, não é *ele* que se reconhece fundamentalista, assim como não é *ele* que diz que não pode utilizar a Bíblia como argumento. Quando o sujeito denuncia um saber que, em seu discurso, pertence a um *outro*, há duas paráfrases que podemos fazer de cada um dos dois enunciados (3a, 3b; 4a, 4b):

Trecho 3 - “nos chamam né de fundamentalistas religiosos etc”:

- a. [nos chamam de fundamentalistas] - **mas** não somos
- b. [nos chamam de fundamentalistas] - **e** nós somos

Trecho 4 - “dizem que a Bíblia não pode ser utilizada como argumento”

- a. [dizem que a Bíblia não pode ser utilizada como argumento] - **e** não pode mesmo
- b. [dizem que a Bíblia não pode ser utilizada como argumento] - **mas** pode

Pois bem, para pensar numa hipótese de leitura destes dois enunciados, gostaria de destacar os marcadores de tempo, espaço e situação que se apresentam na SD1 no trecho anterior: “não utilizarei hoje a Bíblia como argumento aqui nessa discussão”: “hoje”, “aqui” e “nessa discussão”. Ou seja, o sujeito revela em seu discurso que há outros tempos, espaços e situações em que seria possível utilizar a Bíblia como argumento no debate em questão, de forma a ser possível evidenciar a filiação do sujeito a essa FD confessional em que seria possível sancionar legalmente os valores morais da Bíblia, um livro religioso. Além disso, é possível afirmar que o sujeito se posiciona de forma fundamentalista ao se colocar favorável ao uso da Bíblia como argumento em um processo legislativo de um Estado laico, pregando a obediência de princípios religiosos num espaço em que deveria ser assegurada a separação entre Estado e religião. Dessa forma, nesse primeiro momento, podemos considerar que as hipóteses de leitura 3b e 4b, propostas acima, são possíveis de serem feitas.

Além disso, em “dizem que” e “nos chamam”, não é *ele* quem diz, não é *ele* quem chama. Do ponto de vista gramatical, há um sujeito oculto. Do ponto de vista discursivo, há uma disseminação de sentidos ao mobilizar esse outro que não se define, mas que pertence a

uma FD em tensão com a FD do sujeito. Esses são enunciados polifônicos em razão de ser possível identificar mais de uma voz num só discurso: a voz do *outro*, filiado a uma FD laica, que é contrário ao uso da bíblia como argumento em um espaço político, e a voz do sujeito, filiado a uma FD confessional, que é favorável ao uso da Bíblia como argumento nesses espaços e revela seu posicionamento ao longo de seu discurso. Portanto, até então, na SD1 o sujeito reconhece mais de uma vez a existência desse(s) *outro(s)* ao apontá-los sem dar nomes, e opera uma negação que, a partir de nossa análise, teve o efeito polêmico por mobilizar no discurso uma FD antagônica.

Em seguida deste trecho, temos a conjunção adversativa “mas, ao mesmo tempo (...)” em que o sujeito faz um contraponto com o que afirmou anteriormente “dizem que a Bíblia não pode ser utilizada como argumento”. A presença da locução adversativa é mais um indício de que a negação foi o recalque de uma afirmação, reforçando nossa hipótese sobre a leitura feita anteriormente (3b, 4b).

Outro indício do fundamentalismo do sujeito é a dupla contradição que aparece com uso do "mas" no trecho “aí a bíblia pode ser usada como argumento mas não de maneira total, mas somente parcial”. No trecho “eles falam assim ‘você é cristão, a Bíblia diz para poder amar’”, o sujeito invoca um discurso, novamente de um sujeito não nomeado, em que é possível que um ensinamento da bíblia seja tomado como argumento (no caso, “amar o próximo”). Isso não significa que a bíblia seja tomada em sua totalidade, de forma absoluta - característica de um discurso fundamentalista. Mas nesse duplo uso do “mas” em “aí a bíblia pode ser usada como argumento mas (1) não de maneira total, mas (2) somente parcial”, o sujeito revela que seu posicionamento é de que a bíblia seja usada como argumento de “maneira total”, diferente do posicionamento atribuído ao sujeito da FD laica, sua antagônica, ao que afirma: “mas somente parcial”. Ou seja, “somente parcial” seria o posicionamento atribuído ao sujeito-outro, enquanto a expressão "não de maneira total" vem da FD a qual o sujeito se filia:

Trecho 5 - “aí a bíblia pode ser usada como argumento”

“mas [não de maneira total]” - FD confessional, em que o sujeito se filia

“mas [somente parcial]” - FD laica, antagônica

Portanto, de forma inconsciente, o sujeito revela o seu posicionamento favorável ao uso da bíblia como argumento e, conseqüentemente, revela sua posição fundamentalista. Sendo assim, os processos discursivos operantes nessa SD1, no caso, a negação polêmica, os marcadores de tempo e espaço, a locução adversativa e o duplo uso do “mas” revelam a

filiação do sujeito a uma FD confessional, bem como características fundamentalistas presentes em seu discurso.

SD2: Na escola talvez que seu filho a sua filha irá frequentar, que o estado fornece, ele vai encontrar uma prestação de infraestrutura, inclusive, péssima, mas nada disso importa. O que importa é que o Lula diz que tem compromissos com direito LGBT, sendo que você LGBT não tem, além disso, de falas do presidente, não tem mais nada que o governo possa te oferecer de direitos de fato, saúde, educação, transporte, nada, mas migalhas sendo oferecidas para uma militância que eles utilizam. Até mesmo porque há homossexuais que não concordam com a militância e que são discriminados pelos mesmos, ou seja, não se enganem assim. Quando eles obtiverem o que eles querem, eles irão te descartar. Nós devemos lutar pela tolerância, mas isso não quer dizer que devemos lutar pela normatização de um comportamento ou de uma conduta. Até mesmo porque nós teríamos de normatizar outras condutas e outros comportamentos e isso que eu estou chamando atenção de que isso de fato é perigoso.

Na sequência discursiva 2, fica mais evidente essa dicotomia que o sujeito estabelece entre “nós” e “eles”. O referente “eles” muda diversas vezes ao longo do discurso do sujeito, sendo difícil determinar quem é esse “inimigo” contra o qual o sujeito parece tentar lutar em suas palavras. Porém, notamos que aqui não está em jogo somente a população LGBTQ+ para quem o sujeito supostamente vem falando até então. Está em jogo também a dualidade política, já que o sujeito insere outros referentes como “militância”, “Lula”, “presidente” e “governo”. O contexto político faz parte das condições de produção dos discursos, e nesse caso, causa efeito direto nas forças que estão atuando nas tensões aqui estabelecidas.

Como dissemos, o sujeito é um parlamentar filiado ao Partido Liberal (PL), um partido filiado a valores liberais e conservadores, e majoritariamente alinhado à direita. Ademais, é oposição declarada do Partido dos Trabalhadores (PT), o partido do Presidente Lula, a quem o sujeito se refere em sua fala. Portanto, o conflito existe no âmbito do jogo político que existe na exterioridade, e revela-se no interior do discurso do sujeito. Vejamos os trechos a seguir:

Trecho 1 - “sendo que você LGBT não tem, além disso, de falas do presidente, não tem mais nada que o governo possa te oferecer de direitos”

Trecho 2 - “nada, mas migalhas sendo oferecidas para uma militância que eles utilizam.”

Trecho 3 - “Até mesmo porque há homossexuais que não concordam com a militância e que são discriminados pelos mesmos, ou seja, não se enganem assim. Quando eles obtiverem o que eles querem, eles irão te descartar.”

O trecho 1, no contexto da fala na íntegra⁶, vem de uma série de denúncias na fala do sujeito sobre direitos sociais que não são assegurados aos cidadãos no Brasil, como saneamento básico e segurança pública, como em: “e muitas pessoas aqui não possuem liberdade, por exemplo, um homossexual, assim como um hétero, de andar na rua de maneira segura com celular porque pode ser roubado”⁷. Ou seja, ao afirmar “um homossexual, assim como um hétero”, o sujeito coloca ambos em linearidade em seu discurso. Visto que está reivindicando um direito social que os dois grupos deveriam ter, de acordo com sua fala, podemos entender que o sujeito considera homossexuais e heterossexuais cidadãos que exercem, ou deveriam, os mesmos direitos. Se deslocarmos a dupla negação que há no trecho 1:

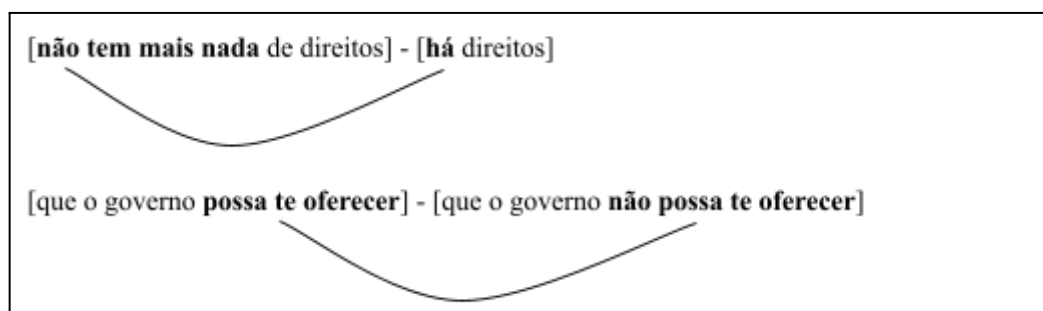


Figura 1 (elaborada pela autora)

Podemos nos perguntar: há direitos que o governo *não pode* oferecer às pessoas homossexuais? Aparentemente, numa primeira leitura, parece que o posicionamento do sujeito é de que as pessoas homossexuais têm todos os direitos que há, ou todos os direitos que as pessoas heterossexuais têm. Porém, ao analisarmos essa negação do trecho 1, e considerando outros deslizes e/ou contradições do sujeito, que veremos nas análises seguintes, entendemos que o posicionamento do sujeito é de que, de fato, dentro do arranjo de

⁶ Ver anexo.

⁷ Ver anexo.

formulações da FD que o determina, há direitos que não estão ao alcance das pessoas que se relacionam homoafetivamente.

Passemos, então, para o trecho 2. Se analisarmos o funcionamento da adversativa “mas” dentro do contexto da SD2, podemos entender que:

*[não há mais direitos que o governo possa te oferecer] **mas** [há migalhas sendo oferecidas para uma militância que eles utilizam]*

Ao que o sujeito poderia estar se referindo por “migalhas”? Uma hipótese seria o próprio direito ao casamento, visto que é o objeto de discussão do PL que está sendo debatido na comissão em questão. Podemos entender que o termo “migalhas” atua no âmbito da memória, pois estaria recuperando o advento da legalização do casamento homoafetivo que, até então, ainda está em vigor, e que é o direito que está sendo ameaçado na PL em discussão na fala do sujeito. Em sua concepção, o direito ao casamento foi uma migalha oferecida para algum outro fim, para o qual os LGBTs são “utilizados”, mas esse fim não é nomeado em nenhum momento em sua fala.

Além disso, temos o referente “eles” em “uma militância que eles utilizam” que, apesar de gramaticalmente ser um sujeito “explícito”, no discurso não fica clara qual é a relação de referência estabelecida, portanto, o “eles” é sujeito gramaticalmente “vazio”. Além disso, no mesmo trecho, temos um outro referente inserido que é “militância”, uma palavra no intradiscurso que refere-se a um sujeito, ou grupo de sujeitos, no interdiscurso, estabelecendo portanto uma relação com a interioridade (no intradiscurso) e com a exterioridade (no interdiscurso). Entretanto, na materialidade do discurso do sujeito tais relações ficam veladas, subjacentes, sendo uma relação anafórica⁸ sem referente. Para pensar sobre as anáforas a partir da Análise do Discurso, sobre a anáfora discursiva Indursky (1997) diz que:

"(...) as relações com a exterioridade são constitutivas do discurso. Com base nesse gesto analítico, o analista de discurso coloca-se em conexão não apenas com as relações intradiscursivas, mas, sobretudo, prioriza as relações do intradiscurso com a exterioridade, isto é, com o interdiscurso. Esse é o domínio da anáfora discursiva." (Indursky, 1997, p. 4)

Portanto, numa tentativa de desemaranhar as referências implícitas do discurso, considerando as posições que o sujeito sustenta a partir das relações com a exterioridade, uma leitura possível é a de que a “militância” refere-se aos homossexuais (os sujeitos das

⁸ Outro caminho possível seria pensar nesses referentes como elementos exofóricos, ou seja, elementos textuais que estabelecem relações com elementos externos ao texto. Essa referência seria recuperável a partir da situação comunicativa, externa à materialidade do texto.

“migalhas” do governo). Já o “eles” em “eles utilizam” parece um referente vazio gramaticalmente, visto que não há concordância com nenhuma outra pessoa referida (“Lula” e “presidente” estão no singular). Ao observarmos referências vazias na materialidade discursiva, o referente que não está presente na superfície do texto, no intradiscurso, está na exterioridade, no interdiscurso.

Gostaria de propor duas vias de leitura para tentar se pensar em quem são “eles”. Se considerarmos que o sujeito citou “o governo” (“não há mais direitos que **o governo** possa te oferecer”), e que este refere-se a um órgão constituído por muitas pessoas, podemos entender que “eles” em “eles utilizam” é o governo (as pessoas que compõem o governo). Nesse caso, quem “utiliza” a “militância” ou, quem utiliza as pessoas homossexuais, e as oferece “migalhas” ao invés de direitos, seria o governo enquanto poder executivo. Porém, também podemos considerar que o sujeito refere-se diretamente ao presidente, no caso, o Presidente Lula, duas vezes em sua fala (“O que importa é que o Lula diz...”; “de falas do presidente”), com quem o sujeito mantém uma relação de oposição, como citado anteriormente.

Considerando que o presidente é filiado a um partido de esquerda e, portanto, a uma FD antagônica em relação à FD a qual pertence o partido do sujeito falante, estamos diante de um conflito no âmbito da dualidade política e, dessa forma, “Lula” e “presidente” podem estar representando discursivamente outros sujeitos. Nesse caso, “Lula”, “presidente”, e até “o governo” (já que o presidente também faz parte do governo) podem ser lidos em linearidade de sentido, representando, na verdade, um grupo de sujeitos pertencentes a um campo ideológico que, aqui, considerando o jogo político em evidência, podemos chamar de ideologia de esquerda, em oposição à ideologia de direita a qual filia-se o sujeito. Portanto, esse sujeito gramatical “eles” em “uma militância que **eles** utilizam” pode estar no plural por estar referindo-se a esse grupo de sujeitos, filiados ao campo ideológico de esquerda, a qual o sujeito do discurso acusa de “usar” a militância.

Passando para o trecho 3, temos a ocorrência do operador “até mesmo”, que tensiona o discurso, demonstrando suas “bordas”, já que o sujeito tenta desestabilizar o grupo para o qual está se dirigindo. O sujeito, então, desmancha essa “militância” a qual tinha se referido, afirmando que “há homossexuais que não concordam com a militância”, e “não se enganem assim”. Ou seja, o referente “militância” que, anteriormente, podíamos considerar que estava referindo-se aos homossexuais, agora aponta para um novo referente. O sujeito postula um conflito (“são discriminados”) entre: *homossexuais que [não concordam com a militância] X homossexuais que [concordam com a militância]*.

A primeira pergunta que podemos nos fazer é: quem é essa “militância”? Notamos que esse conceito aparece na fala do sujeito sem maiores definições sobre a quem se refere, como uma entidade já-dita. Novamente, percebemos a obscuridade que constitui o discurso religioso. Além disso, temos a ocorrência de uma sentença condicional em “*quando eles obtiverem o que eles querem, eles irão te descartar*”. Nas condicionais, a oração subordinada exprime “uma condição para a realização do que seja expresso na oração principal do período” (Lima, 2002, p. 73), sendo assim, o uso de "quando" indica uma condição temporal que, quando satisfeita (eles obtendo o que querem), resulta em uma consequência (eles descartarem você). Embora "quando" não seja um conector condicional típico como "se" (que é mais diretamente associado a condições), a estrutura da frase ainda reflete uma relação condicional, porque a ação na segunda parte depende da realização da condição expressa na primeira parte.

Em relação ao funcionamento discursivo das condicionais, Lima (2002) dedica um capítulo de seu trabalho sobre a recorrência das condicionais no discurso religioso:

O poder exercido pelo sujeito discursivo através das condicionais evidencia-se também pelo fato de que "a oração condicional sozinha apresenta um leque de possibilidades de complementação" (Nóbrega, 2001, p.70), o que constituiria uma possibilidade de o interlocutor dar continuidade à idéia (...). No entanto, isso não acontece, ficando o preenchimento das hipóteses recalcado na imaginação do interlocutor, suplantado pela conclusão "sábida" do líder religioso, que, assim, vai dirigindo toda a argumentação (Lima, 2002, p. 94).

Ademais, aqui o sujeito estabelece uma cisão entre os dois "tipos" de “homossexuais” mostrados acima. Ao afirmar que a população LGBTQ+ é usada, enganada e, ainda por cima, cindida, entendemos na verdade que essa população nem está no debate, e tem sua formação discursiva esvaziada. Visto que são apenas instrumentos, poderíamos dizer que, no discurso do sujeito, não são considerados nem mesmo sujeitos de direito. São submetidos a um outro, que é invocado em “eles”, o qual o sujeito se refere mais duas vezes (“quando eles obtiverem o que eles querem, eles irão te descartar”). Em seguida, ainda na SD2:

Trecho 4 - “Nós devemos lutar pela tolerância, mas isso não quer dizer que devemos lutar pela normatização de um comportamento ou de uma conduta.”

Trecho 5 - “Até mesmo porque nós teríamos de normatizar outras condutas e outros comportamentos e isso que eu estou chamando atenção de que isso de fato é perigoso.”

É possível observar uma posição contraditória do sujeito. Pelo menos duas vezes em seu discurso, o sujeito faz afirmações que colocam homossexuais e heterossexuais em pé de

igualdade, como se a orientação sexual não fosse algo que afeta a experiência de ambos enquanto cidadãos, como por exemplo, no trecho anterior em que o sujeito afirma “muitas pessoas aqui não possuem liberdade, por exemplo, um homossexual, assim como um hétero, de andar na rua de maneira segura com celular porque pode ser roubado”, e depois “não tem mais nada que o governo possa te oferecer de direitos”. Então, temos o trecho 4: “nós devemos lutar pela tolerância”. Qual seria o objeto dessa “tolerância” se pessoas héteros e homossexuais são iguais? Por que precisaríamos “tolerar” algo que não se difere de seus semelhantes? Então, a adversativa “mas” desvela uma contradição, opondo a “tolerância” à “normatização” de “um comportamento”:

[nós devemos lutar pela tolerância],

mas [isso não quer dizer que] = negação, “não”

[devemos lutar pela normatização de um comportamento] = um comportamento, neste caso, refere-se à homossexualidade

Podemos nos perguntar, qual seria a diferença entre lutar pela “tolerância” e lutar pela “normatização”? Como seria tolerar algo que não pode ser considerado normal?

No trecho 5, temos uma segunda ocorrência de “até mesmo” na SD2, novamente o sujeito está tensionando o discurso e construindo um arsenal de sentidos, muitas vezes contraditórios, para defender seu posicionamento, ou, para tensionar a relação de forças ao seu favor, ao favor dos valores filiados à FD confessional. É interessante observar que em nenhum momento se fala em sexualidade/orientação sexual, ele limita o sentido a uma "conduta" ou um "comportamento", e considerando as outras "condutas" que ele usa de exemplo mais adiante que poderiam ser normatizadas, como pedofilia e poligamia, por exemplo, em: “porque não o casamento não possa ser infinitas pessoas? porque o casamento não possa ser com idades diferentes? não pode ser com uma pessoa de 40 e uma pessoa de 14?”⁹, entendemos que ele encara a “conduta” homossexual como uma conduta desviante, que desvia do normal, do esperado, e até do "certo", visto que ele afirma que isso não pode ser "normatizado" e que alteraria estruturas da realidade.

Ou seja, dentro da formação discursiva a qual o sujeito é filiado, é possível equiparar homossexualidade e pedofilia, já que os dois sentidos são recuperados do interdiscurso e remodelados em simetria no discurso do sujeito. Portanto, após as análises propostas, podemos considerar que, nesse discurso, há direitos que não estão ao alcance da população LGBTQ+, já que sua conduta desvia do normal e do aceito dentro dessa FD confessional,

⁹ Ver anexo.

apesar de em algum momento serem discursivizados como cidadãos em pé de igualdade com os outros (talvez apenas aqueles que *não* concordam com a “militância”). Dessa forma, tudo o que pode ser oferecido parece ser “migalhas” e “tolerância”. Pensando que as pessoas homossexuais foram colocadas numa posição de submissão, sendo objetos passíveis de serem usados e descartados no discurso do sujeito, um possível sentido para “tolerância” seria um processo de invisibilização, que começa pelo esvaziamento da FD a que pertencem esses sujeitos (aqui, discursivizados como objetos).

SD3: “Por que que o casamento só precisa ser entre o homem e entre a mulher? Porque exatamente isso é o casamento, é exatamente isso que eu estou querendo dizer, é uma estrutura da realidade então podem, podem chamar do que quiser, não tem problema, só que as consequências, repito, civilizatórias e culturais disso, é muito grande.”

Quando o sujeito questiona “por que o casamento só precisa ser entre o homem e a mulher?” parece, à primeira vista, que a pergunta abre a possibilidade de se formular outros sentidos para o casamento, afinal, “porque precisa ser **só** isso”? Porém, essa pergunta na verdade é uma outra voz que aparece no discurso do sujeito, filiada à FD laica, que representa o discurso de outros sujeitos que questionam esse sentido único do casamento, formulando a possibilidade de outros sentidos, e esse discurso é recuperado na fala do sujeito. Na sequência, ao responder a si mesmo (“porque exatamente isso é o casamento”), aparece novamente o posicionamento do sujeito. A pergunta que foi feita é um questionamento de outra voz, pertencente a outra FD, que o sujeito recupera e responde em seu discurso. Nessa relação de forças que se estabelece entre esses dois posicionamentos, o sujeito tenta tensionar os sentidos para o lado da FD confessional, para sentidos e valores religiosos, que são naturalizados em seu discurso como se fossem destituídos de uma afetação ideológica (Cassana, 2018), como no trecho a seguir:

Trecho 1 - “Por que que o casamento só precisa ser entre o homem e entre a mulher? Porque exatamente isso é o casamento, é exatamente isso que eu estou querendo dizer, é uma estrutura da realidade.”

O que é colocado em questão é o sentido de “casamento”, e não o direito em si, ou seja, a defesa é da palavra como transparente, como representação direta da realidade, e essa

representação sendo formulada em uma FD religiosa. Isso implica um sentido único e naturalizado sobre “casamento”, de forma que no discurso do sujeito exista uma “realidade” imposta sob a forma da universalidade (Pêcheux, 1975, p. 151). Esse efeito de sentido que remete “àquilo que todo mundo sabe” é o que Pêcheux (1975, p. 159) chama de o pré-construído, ou seja, sentidos estabilizados que existem no já-dito do interdiscurso. Portanto, para esse sujeito, todos teriam as mesmas evidências que apontam para os mesmos sentidos (de família, de união, de casamento), mesmo mobilizando em seu discurso vozes de outra FD que dá outros sentidos possíveis. Ou seja, embora esse reconhecimento de outras vozes seja da ordem do inconsciente, o discurso produz um efeito cínico por ser contraditório em si mesmo. Sabendo que todo efeito de sentido se dá a partir de um aparato ideológico que interpela o indivíduo, de forma a termos um emaranhado de sentidos acumulados historicamente no interdiscurso sobre uma mesma palavra, de onde vem esse sentido naturalizado de casamento (“só” entre homem e mulher) que aparece no discurso do sujeito? Que formação discursiva fornece para esse sujeito as evidências dessa dita “realidade” do que é o casamento?

Ao afirmar “é exatamente isso que eu estou querendo dizer, é uma estrutura da realidade”, notamos no discurso o esquecimento como descrito por Pêcheux (1975) que tem relação com o inconsciente e “dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina”. Isso porque o sujeito tem a ilusão da transparência da linguagem e do controle do seu discurso, como se pudesse acessar “exatamente” aquilo que “quer” dizer, e não que o seu dizer é determinado pela ideologia.

Quando o sujeito define o casamento entre homem e mulher como uma “estrutura da realidade”, remete a algo fixo e estável, como uma “realidade” única no universo, como tomado discursivamente pelo sujeito. O complexo de formações ideológicas e o interdiscurso é que fornece ao sujeito a sua "realidade" (Pêcheux, 1975), porém, nesse processo de subjetivação, ou seja, quando o sujeito realiza o seu dizer, existe um efeito de transparência da realidade, como se a apropriação do seu dizer lhe desse controle sobre seu discurso (“isso é o casamento”, “é isso que eu queria dizer”) de forma a disfarçar a existência do interdiscurso como constitutivo do intradiscurso (Beck e Esteves, 2014). Além disso, há nesse discurso uma preocupação em restringir as possibilidades de sentido da palavra “casamento”, e essa tendência à monossêmia é uma característica presente no discurso religioso (Lima, 2002). É preciso conter a multiplicidade de sentidos para fazer-se claro para o interlocutor e passar esses saberes que, na concepção do sujeito, são os únicos aceitáveis (p. 70).

Considerando a filiação do sujeito com a FD confessional, marcada por valores religiosos, entendemos que nesse contexto há a naturalização de alguns saberes de origem bíblica (“Deus criou homem e mulher”), o que produz um “cinismo em relação [às relações de] gênero na nossa formação social” (Cassana, 2018, p. 151). O sujeito é afetado por um esquecimento cínico de que esses saberes naturalizados sobre o casamento não são de ordem ideológica, e portanto, são “naturais”. Em alguns momentos ao longo de sua fala, o sujeito refere-se diretamente às pessoas homossexuais e a relações homoafetivas, em tensão com os sentidos naturalizados que sustenta sobre casamento como um direito exclusivo de relações heteroafetivas. O cinismo se produz na negação desses outros sentidos, que divergem dos saberes da FD confessional, os quais são acobertados no discurso do sujeito, logo, eles existem, mas são negados. Em seguida, temos a fala:

Trecho 2 - “então podem, podem chamar do que quiser, não tem problema, só que as consequências, repito, civilizatórias e culturais disso, é muito grande.”

Assim como vimos na SD2, temos um sujeito aparentemente “vazio” em “podem chamar do que quiser”, visto que o sujeito não insere na sua fala nenhum referente, antes ou depois, que poderia ser o sujeito gramatical de “podem”. Ao não ser possível estabelecer sobre quem o sujeito fala, a linearidade discursiva apresenta um “vazio”. Quem pode chamar “do que quiser”? De quem esse sujeito fala? Essas outras vozes recuperadas em seu discurso são de sujeitos filiados a uma FD antagônica, vozes que ele traz tentando legitimar seu discurso, já que ele “antecipa” o que esse outro fala sobre o objeto de seu discurso. Isso entra no domínio das formações imaginárias, ou seja, as imagens que esse sujeito faz de si, do outro, do objeto de seu discurso, e da imagem que o outro também faz desse mesmo objeto (Voss, 2011).

Em “podem chamar do que quiser, não tem problema, só que as consequências, repito, civilizatórias e culturais disso, é muito grande” temos novamente a ocorrência de uma condicional, como na SD2, uma regularidade presente nos discursos religiosos. A expressão “só que” indica uma condição ou limitação, seguida de uma consequência ou resultado. Nesse caso, o sujeito diz que, embora se possa chamar o casamento “do que quiser”, isso não elimina ou altera as grandes consequências culturais e civilizatórias que advêm disso. Ou seja, o ato de formular outros sentidos para o que se tem naturalizado sobre casamento leva a um certo conjunto de consequências, porém, não aparece na linearidade do discurso que consequências são essas. Isso faz parte dos não-ditos do discurso religioso, como citado anteriormente, já que o sujeito só diz aquilo que o convém (Lima, 2002).

Esse ‘outro’ em “podem chamar” é discursivizado como uma ameaça, um inimigo, visto que ameaça estruturas da realidade como tomada discursivamente dentro da FD confessional. Nos momentos da sua fala em que o sujeito refere-se a saberes e vozes de outra FD, que questionam esses sentidos bíblicos e estabilizados da FD confessional, temos a recorrência pronominal de “eles” e “vocês”, que estabelecem relações anafóricas com referentes dispersos, visto que não temos como saber se estão materializados no intradiscurso, ou se estão apenas no nível do interdiscurso. Essa disputa que se constrói discursivamente entre **nós** (sujeitos da FD do sujeito falante, a FD confessional) e **eles** (sujeitos de uma FD antagônica, a FD laica), revela que no discurso do sujeito aparecem possibilidades de reformulação dos sentidos naturalizados na FD confessional, ao mesmo tempo em que o sujeito se posiciona pela conservação desses sentidos. Como vimos anteriormente, um dos efeitos observados nesse processo é o cinismo, a partir do momento em que o sujeito considera que apenas esses sentidos reformulados no domínio da FD laica são ideológicos, enquanto os saberes no domínio da sua FD, confessional, são naturalizados a ponto de serem discursivizados como uma representação direta e transparente da realidade.

SD4: “Hoje se uma pessoa diz que eu não concordo, eu acho que não deve ter um casamento homossexual, ele é considerado um preconceituoso... agora (...) e quando eu chego e falo, por exemplo, se eu falasse para alguém aqui, você concorda por exemplo com a bíblia? então, tem pessoas que não concordam e nem por isso eu chamo elas de preconceituosas.”

Nessa sequência, quando o sujeito diz “hoje”, refere-se à atualidade e seu contexto histórico e político, e não “hoje” como um índice de tempo do dia específico em que o discurso foi enunciado:

Trecho 1 - “Hoje se uma pessoa diz que eu não concordo, eu acho que não deve ter um casamento homossexual, ele é considerado um preconceituoso”

Ao destacar o contexto atual com o uso do “hoje”, o sujeito aponta para o fato de que isso não acontecia no passado. “Hoje” as pessoas que são contra o casamento homossexual são consideradas preconceituosas, antes não eram. Ao mesmo tempo, o sujeito toma uma distância desse saber que foi reformulado, marcando no seu discurso que essa reformulação é de uma outra FD, como vemos em “ele é considerado um preconceituoso”. Quem o considera

preconceituoso? Temos a ocorrência de uma voz passiva em que, gramaticalmente, o agente da ação não é revelado, ou seja, é uma *outra voz* que existe, mas que não é nomeada no intradiscurso. Portanto, o sujeito reconhece que, em outra FD, ser contra o casamento homossexual é tido como um posicionamento de alguém preconceituoso:

“ele é considerado um preconceituoso” (ocorrência de uma voz passiva)

alguém o considera preconceituoso - (reformulação em voz ativa)

outro o considera preconceituoso - (paráfrase)

Assim, podemos pensar em diversas paráfrases possíveis para esse “outro” que é agente da ação em “é considerado um preconceituoso”. Pensando nos referentes que apareceram anteriormente no discurso do sujeito, analisa-se que a própria materialidade do discurso revela possíveis sujeitos que poderiam ocupar essa posição de agente da ação, tanto no âmbito do intradiscurso quanto do interdiscurso, pensando que o enunciado aponta para um sujeito da exterioridade. Podemos pensar em “militância”, “homossexuais”, ou esse *outro* que aparece muitas vezes não nomeado e não definido no nível do intradiscurso e que, como vimos nas análises, está inscrito na FD laica. Considerando, portanto, que esse saber é de uma outra FD, o discurso revela que na FD a qual está inscrito o sujeito, que estamos chamando de FD confessional, ser contra o casamento homossexual não é, necessariamente, um posicionamento preconceituoso, é um posicionamento aceito. Então, dizer que “ele é considerado preconceituoso” parece representar uma identificação velada desse sujeito, que usa a terceira pessoa como uma forma de representar seu próprio posicionamento.

Isso evidencia, portanto, como nas condicionais, como é o caso deste trecho 1 (“se uma pessoa diz...”, “é considerado”...) temos o encontro de saberes de diferentes FDs, pois as condicionais apontam para diferentes posições de sujeitos (Lima, 2002, p. 94) já que, quando o sujeito afirma que alguém diz que não deve ter casamento homossexual, ele admite a possibilidade de alguém dizer que deve ter casamento homossexual. Vejamos o trecho 2:

Trecho 2 - “e quando eu chego e falo, por exemplo, se eu falasse para alguém aqui, você concorda por exemplo com a bíblia?”

Neste ponto, é interessante recuperar que, na SD1, observamos que o sujeito começa seu discurso negando que vai utilizar a bíblia como argumento. Porém, a bíblia é recuperada diversas vezes ao longo de sua fala. Há uma formulação cínica desse discurso, visto que houve uma negação de argumentos de ordem religiosa que, depois, se mostram extremamente presentes e validados pelo sujeito de forma cínica, pois os saberes de ordem religiosa são

discursivizados como a “verdade”, a realidade concreta, destituídos de ideologia, enquanto os posicionamentos contrários são tomados como ideológicos por excelência, e conseqüentemente, afastados da verdade. Essa dissimulação da verdade não-ideológica produz o efeito cínico em seu discurso.

Analisando os trechos 1 e 2 da SD4, o sujeito compara um posicionamento contrário ao casamento homossexual com um posicionamento contrário à bíblia, colocando em linearidade no discurso “quem concorda com o casamento homossexual” (trecho 1 da SD4) e “quem concorda com a bíblia” (trecho 2 da SD4). Isso é mais uma evidência do cinismo do discurso, visto que uma crença de ordem religiosa é colocada em linearidade com um posicionamento sobre uma questão social e política, que é o caso do direito ao casamento igualitário. Ao notarmos que no discurso do sujeito a homossexualidade é considerada como um enfrentamento a saberes naturalizados sobre relações de gênero, principalmente se levarmos em conta a filiação do sujeito com o discurso bíblico, podemos entender por que o sujeito faz essa equivalência entre homossexualidade e a “bíblia”, porque são os sentidos em disputa no seu discurso. A bíblia representa, aqui, um conjunto de saberes fixados que são reformulados e, portanto, ameaçados pela “ideologia” que interpela esse *outro* que é homossexual. Vejamos o trecho 3:

Trecho 3 - “então, tem pessoas que não concordam e nem por isso eu chamo elas de preconceituosas.”

Aqui, há algumas implicações possíveis de serem observadas. Primeiro, o sujeito mobiliza um sentido de “preconceito” paralelo à discordância, como se bastasse discordar de algo para ser preconceituoso. No exemplo da bíblia, estamos falando de um livro sagrado em uma determinada religião, e crença religiosa é uma crença pessoal, individual, a qual as pessoas têm o direito e a liberdade de exercerem ou não. Sendo assim, “discordar” da bíblia não seria um comportamento preconceituoso, visto que faz parte da liberdade religiosa a qual temos direito em um país laico e democrático, algo que é de conhecimento do sujeito, um parlamentar no cargo de deputado federal. Dessa forma, novamente, há um cinismo produzido nessa formulação:

“tem pessoas que não concordam [com a bíblia] e nem por isso eu chamo elas de preconceituosas” = o sujeito não nega que elas *são* preconceituosas, ele só não pode fazer esta afirmação

O uso da primeira pessoa em “nem por isso **eu** chamo elas” revela o posicionamento do sujeito, diferente do trecho 2 em “ele **é considerado** um preconceituoso”. Ou seja, um *outro* considera preconceituoso aquele que não concorda com o casamento homossexual, já o sujeito considera preconceituoso aquele que não concorda com a bíblia, porém, a diferença é que o sujeito é ciente de que seria inadequado se posicionar dessa forma, pois vai de encontro com a liberdade religiosa prevista nessa jurisdição. Por isso, ele nega cinicamente esse posicionamento quando diz “nem por isso eu chamo elas de preconceituosas (mas poderia chamar)”. Isso fica evidenciado visto que o sujeito coloca as duas condicionais em linearidade (se não concorda com o casamento homossexual/se não concorda com a bíblia). É mais uma evidência de seu posicionamento fundamentalista que passa por cima da liberdade religiosa individual.

SD5: “Muitos de vocês são somente a força bruta de um planejamento que vocês não tem ideia do que tá acontecendo, mas vocês jamais vão saber disso. Porque está num lamaçal ideológico tão grande que vocês não podem dar um passo atrás. Por que? Porque já tem compromissos ideológicos, uma pessoa já sabe que você defende aquilo. Mas isso é ruim, porque nós como os adultos nós precisamos lutar pela verdade. E hoje a verdade ela já é ignorada.”

Nessa 5ª sequência discursiva, ficam cada vez mais evidentes as características que aproximam esse discurso de um discurso religioso. O sujeito toma uma posição de quem sabe algo que “os outros” não sabem. Ainda nessa dicotomia estabelecida entre o sujeito e um *outro*, o sujeito reforça que esse outro está em desvantagem e tem um absoluto desconhecimento da “realidade”. Ao afirmar “um planejamento que vocês não tem ideia do que tá acontecendo, mas vocês jamais vão saber disso”, o sujeito diz apenas o que lhe convém dizer, e os sujeitos ouvintes precisam se esforçar para entenderem o desconhecido, o enigmático, característico do discurso religioso (Lima, 2002, p. 14).

Então, o sujeito não só afirma que “vocês”, esse outro, não sabe o que está acontecendo, como também reforça a impossibilidade de conhecer essa realidade. É interessante analisar o uso da adversativa “mas” porque não está estabelecendo oposição com a afirmação anterior, visto que “vocês não tem ideia do que tá acontecendo” e “vocês jamais vão saber disso” não são afirmações opostas, pelo contrário, a segunda afirmação poderia ser uma consequência da primeira. Ou seja, essa adversativa está funcionando aqui como uma

aditiva: “vocês não tem ideia do que tá acontecendo, e vocês jamais vão saber disso”. Além disso, sua ocorrência em “mas vocês jamais vão saber disso” pode implicar o reconhecimento da possibilidade dessa realidade ser conhecida, e o “mas” é a voz do sujeito negando essa possibilidade:

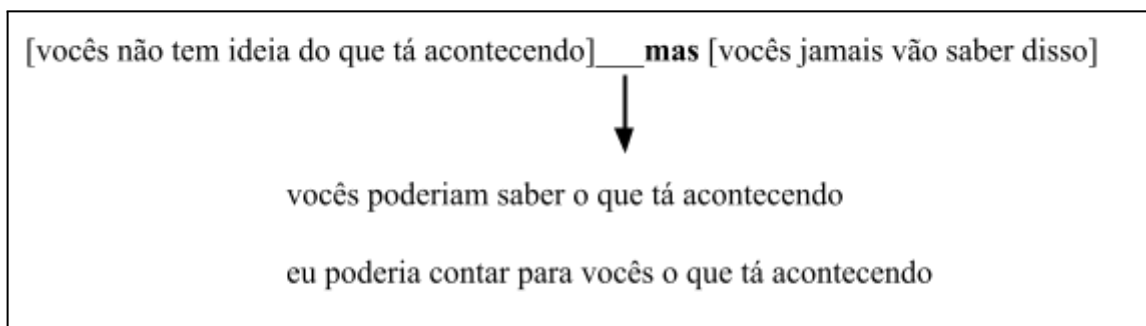


Figura 2 (elaborada pela autora)

Ou seja, o sujeito falante nega para o outro a possibilidade de conhecer tal realidade, afirmando que nunca saberão “daquilo que ele sabe”. Fica evidente essa obscuridade característica de um discurso religioso, que só revela aquilo que convém ser dito, além de, com isso, estabelecer uma hierarquia entre aquele que conhece a realidade e os que não conhecem. Além disso, não fica claro se o próprio sujeito conhece ou não essa realidade que “esconde”, pois poderíamos pensar em outra possibilidade de leitura:

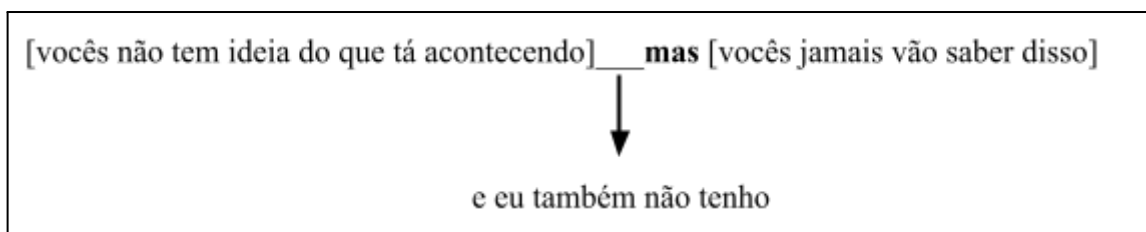


Figura 3 (elaborada pela autora)

A justificativa do sujeito para esse desconhecimento da realidade por parte do outro é a seguinte: “porque está num lamaçal ideológico tão grande que vocês não podem dar um passo atrás”. O uso da palavra “lamaçal” nesse contexto traz a ideia de um lugar em que ficamos presos, “atolados”, que é difícil de sair, além de recuperar uma memória bíblica: “Resgata-me do lamaçal, para que eu nele não pereça; salva-me de meus detratores e das profundezas das águas (Salmos 69:14).” Fica evidente a associação do “ideológico” como algo ruim, obscuro e perigoso. Portanto, podemos nos perguntar o que seria “dar um passo atrás” à ideologia? O sujeito se coloca como se estivesse fora desse “lamaçal”, ele não se vê

como um sujeito afetado pela ideologia, não reconhece o seu assujeitamento. Segundo Cassana:

Ao tomar a “ideologia de gênero” como um saber ideológico “por excelência” (ou seja, outros sentidos estariam destituídos de ideologia), os saberes forjados cinicamente passam a repercutir como inválidos, passíveis de negação e de afronta ao discurso conservador. (Cassana, 2018, p. 152)

Assim sendo, é possível notar no discurso do sujeito essa perspectiva da “ideologia de gênero” como se todos esses saberes sobre gênero e sexualidade que foram, e estão sendo, reformulados na atualidade, questionando categorias rígidas e naturalizadas como a heteronormatividade e a binaridade de gênero, fossem deslegitimados apenas por serem tomados como intrinsecamente ideológicos. Sendo assim, é como se os saberes naturalizados no discurso em análise, como os saberes de ordem bíblica-religiosa, não fossem também afetados pela ideologia que, inclusive, é constitutiva de toda nossa formação social.

Em seguida, o sujeito afirma: “nós como os adultos nós precisamos lutar pela verdade, e hoje a verdade ela já é ignorada“. Aqui, com o uso “nós” o sujeito se inclui junto com esses “outros” aos quais ele se refere, diferente quando ele fala “vocês” em “vocês jamais vão saber disso”. Portanto, é complexa a rede de referências anafóricas que aparece nesse discurso pois o sujeito vai modificando seus critérios de “quem é quem” ao longo de sua fala. Ele marca que são os “outros” que “não sabem” do que está acontecendo “na realidade”, porém, ele se coloca em linearidade quando afirma “nós como os adultos”. Todos são adultos, mas só alguns estão afundados nesse “lamaçal ideológico”, enquanto outros, como ele, são o “bom sujeito” que tenta alertar o resto das pessoas dos perigos de alterar as “estruturas da realidade”. Segundo Beck e Esteves (2014):

O sujeito cristão virtuoso (bom sujeito, reduplicado em função do Sujeito da ideologia cristã: Cristo, por si mesmo; ou pelo menos a imagem que dele se faz) prima pela humildade frente à perfeição divina. Para não cair no abismo infernal, necessita manter uma modesta distância da imago divina. O melhor cristão, portanto, nunca seria aquele que buscava se igualar a Cristo, mas aquele que, refletindo-se em seus critérios e tendo em vista seus milagres, tentaria salvar as almas ruins do suposto purgatório (Beck; Esteves, 2014).

Portanto, é possível evidenciar diversas características próprias de discursos religiosos no discurso desse sujeito. Num primeiro momento, ele estabelece essa cisão entre “nós” e “eles” como vimos nas análises das sequências anteriores, de forma que é como se ele apontasse inimigos. Porém, ao longo de sua fala, o sujeito coloca-se numa posição “prestativa”, como quem salvar essas almas do suposto purgatório, mostrar a elas o caminho da “verdade”. Quando o sujeito afirma “hoje, a verdade, ela já é ignorada”, novamente temos

uma voz passiva em que o agente da ação não é revelado (é ignorada por quem?). Não fica claro quem tem acesso à “verdade” e a ignora, ou quem nem tem acesso à “verdade” porque está no “lamaçal ideológico”.

De qualquer forma, o sujeito coloca-se numa posição de superioridade, pois ele tem uma informação que os outros não têm. Esse jogo de revelar as informações apenas parcialmente faz parte da obscuridade dos discursos religiosos que manifesta o mistério e o desconhecido. No entanto, ainda assim, é preciso certificar-se de que os sentidos mobilizados sejam preferencialmente do pregador, de forma a haver uma “contenção da polissemia” (Lima, 2002, p. 14) nos momentos em que o sujeito tensiona os efeitos de sentido do seu discurso para os sentidos naturalizados e rígidos da bíblia.

As características principais do discurso religioso mantêm um referente central que é Deus (o livro de Deus, as palavras de Deus, os saberes de Deus), representante de algo que transcende o mundo humano e material, e que é hierarquicamente superior a todos, inclusive ao sujeito. Porém, o discurso analisado neste trabalho foi realizado em um espaço político, em que, imaginariamente, deveriam predominar saberes alinhados à defesa de direitos e da constituição, já que o parlamentar é um representante legítimo dos cidadãos brasileiros. Os dizeres possíveis nesse espaço não deveriam estar filiados a valores religiosos, pois isso vai de encontro aos ideais de um Estado laico, como é o caso do Brasil.

Ao longo das análises foi possível notar que houve uma tentativa de negar a filiação do sujeito e, por conseguinte, do seu discurso, a uma FD confessional (alinhada, portanto, a valores religiosos), visto que apesar das características de um discurso religioso, esse discurso pretende-se político. Em vista disso, não há menção direta a “Deus”, ainda que possamos traçar referências a sentidos de ordem religiosa do interdiscurso como “Deus criou o homem e a mulher” que estão implicados no discurso do sujeito. Além disso, segundo Orlandi (1996a, p. 242 *apud* Lima, 2002, p. 21), “o discurso religioso é aquele em que fala a voz de Deus”. Portanto, as negações do sujeito e a tentativa de forjar um discurso político são mais evidências da sua formulação cínica. O discurso pretende-se racional, argumentativo e em defesa da “verdade”, contudo, em seus deslizes e equívocos, revela-se um discurso religioso fundamentalista que nega seu próprio assujeitamento mas busca assujeitar o outro (Lima, 2002), impondo seus princípios religiosos.

5 Conclusão

Diante das análises aqui propostas, foi possível observar o funcionamento das regularidades percebidas no discurso e que contribuíram para a sua força argumentativa. No discurso religioso, a argumentação é constitutiva, “um elemento constante, em virtude do empenho do locutor em obter a adesão de seu interlocutor” (Lima, 2002, p. 63). Verificamos que o sujeito, além de repetir algumas vezes a palavra “argumento”, faz uso de estruturas e expressões (como “até mesmo”) que evidenciam sua tentativa de tensionar e controlar o discurso, na medida em que a todo momento cria representações do(s) seu(s) interlocutores e responde a elas por meio das negações e das adversativas. Além disso, notamos a tensão entre duas formações discursivas em jogo nesse discurso, que aqui foram chamadas de FD confessional (a FD do sujeito) e FD laica. A FD laica aparece como uma resistência ao discurso do sujeito-parlamentar, organizando saberes que deveriam estar associados à democracia e à constituição.

Como foi analisado, o sujeito faz a todo momento uma seleção das informações que convêm serem ditas e das que ficam implícitas, deixando muitas delas nas “entrelinhas”, ou seja, não materializadas no intradiscurso. Esses enigmas constituem o que Lima (2002) chamou de obscuridade do discurso religioso, que convida o interlocutor a empenhar-se para desvendar o desconhecido. Além da obscuridade em si, isso também postula uma hierarquia entre o sujeito e seus ouvintes, visto que ele ocupa uma posição de prestígio e de detenção da verdade. No discurso religioso descrito por Lima, o crente não só precisa buscar a salvação, como também tornar-se um evangelizador para salvar outras almas (2002, p. 52).

A partir dos movimentos observados no discurso do parlamentar, verificou-se que as regularidades mencionadas que ocorreram nesse discurso serviram a uma persuasão típica de um discurso religioso, como foi explorado nas análises. Notamos, portanto, que além do discurso revelar a filiação do sujeito a uma formação discursiva confessional, seu funcionamento por si só é um funcionamento muito próximo ao de um discurso religioso, como proposto por Lima (2002).

Essa persuasão funciona a partir de estratégias argumentativas que servem ao propósito de inculcar nos ouvintes saberes de uma determinada formação discursiva que interpela o sujeito que fala. Essas estratégias são, por exemplo, a ocorrência das condicionais que direcionam os saberes que devem ser incutidos nos ouvintes, a obscuridade que mantém o poder nas mãos do sujeito (já que só ele tem acesso a esses saberes “obscuros”), e a monossemia a qual tende esse discurso, já que o sujeito limita (ou tenta) os efeitos de sentidos

que seu discurso pode produzir, tentando certificar-se de que não terá espaço para reformulações por parte dos interlocutores, o que promove uma coerção através da linguagem (Lima, 2002). A partir disso, ao longo de seu discurso, o sujeito mostra indícios de um posicionamento fundamentalista, na medida em que adere de forma absoluta a esse conjunto de saberes como representações diretas e únicas da realidade, não admitindo sentidos reformulados por sujeitos de formações discursivas diferentes da sua, invalidando esses sentidos por meio do cinismo ao tomar apenas estes saberes como ideológicos.

Ao desvelar mecanismos discursivos que sustentam um discurso que perpetua estigmas e preconceitos contra a comunidade homoafetiva, esta pesquisa contribui para uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e políticas que permeiam essa questão relevante e delicada em nossa sociedade. Esperamos que este trabalho inspire reflexões críticas e debates construtivos sobre os direitos das pessoas dissidentes de gênero e sexualidade, bem como sobre o impacto do conservadorismo nos discursos em torno do tema. Reconhecemos que seria impossível abordar todos os funcionamentos discursivos observados no discurso em questão, tanto pela extensão do trabalho quanto pela extensão do discurso analisado. Assim, o objetivo não foi esgotar as possibilidades de análise, mas sim abrir um diálogo sobre o tema e, possivelmente, inspirar futuras pesquisas.

Sendo assim, foi possível refletir sobre o discurso religioso e sua força argumentativa, destacando como o sujeito, ao posicionar-se como detentor da verdade, busca conquistar a adesão do interlocutor tomando uma posição de pregador, nos termos de Lima (2002). Nota-se, assim, a complexidade do cenário político brasileiro, assolado por uma onda conservadora, em que a política e a religião acabam dividindo espaço. Isso se reflete diretamente nos discursos que se realizam, de forma que movimentos discursivos observados em discursos religiosos acabam mobilizados em um discurso político, nos levando a refletir sobre a luta por direitos da população LGBTQ+, que passa a ser mais do que uma luta por políticas públicas. O impacto do conservadorismo nesse movimento político obriga que se lute não apenas pela conquista de leis igualitárias, mas contra a imposição de uma moral cristã que ainda é mobilizada para assujeitar os *outros*.

6 Referências

BECK, Maurício; MARCEL DA S. ESTEVES, Phellipe. O sujeito e seus modos – identificação, contraidentificação, desidentificação e superidentificação. *Revista Leitura*, [S.

l.j., v. 2, n. 50, p. 135–162, 2014. DOI: 10.28998/2317-9945.201250.135-162. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/1152>. Acesso em: 30 jul. 2024.

CASSANA, Mônica. Eles não sabem o que fazem?: o discurso cínico e ideologia de gênero. *Revista Investigações*, v. 31, ed. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/INV/article/view/237498>. Acesso em: 30 jul. 2024.

INDURSKY, Freda. Da anáfora textual à anáfora discursiva. In: *Io Encontro do CelSul*, 1997, Forianópolis: Anais. V2.

INDURSKY, Freda. Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 19, p. 117–122, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636829>. Acesso em: 30 jul. 2024.

LIMA, Elisane Pinto da Silva Machado de. *Se formos fiéis a Ele, Ele certamente será fiel a nós: a condicionalidade e o discurso religioso da Igreja Universal do Reino de Deus*. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2002.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990 [1983]

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Traduzido por Eni Pulcinelli Orlandi, Lorenço Chacon J. filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana M. Serrani, 5ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 2014 [1975].

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: Gadet, Françoise; Hak, Tony. Por uma análise automática do discurso. Tradução de Bethania S. Mariani et alii. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997b. p. 61-252

VOSS, Jefferson. *Formações imaginárias em comentários sobre a aprovação da união civil homossexual*. In: CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS, 1., 2011, Vitória. Anais [...]. Vitória UFES – PPGEL, 2011.

ANEXO A

Transcrição da fala do Nikolas Ferreira¹⁰:

Não dá para poder tratar um tema assim complexo e que precisa da nossa atenção com argumentos de tipo ‘não quer aceitar o casamento homossexual, não case com um’ porque esse argumento ele é muito é frágil. Até mesmo porque eu poderia usar o mesmo argumento contrário dizer ‘Olha você não quer que Legalize as armas não compre uma arma’ então não faz sentido isso, eu acho que nós somos aqui parlamentares e a gente de fato precisa tratar da maneira mais séria e muitas vezes quando se trata aqui a respeito, por exemplo, dos cristãos, nos chamam né de fundamentalistas religiosos etc e dizem que a Bíblia não pode ser utilizada como argumento e saibam que eu não utilizarei hoje a Bíblia como argumento aqui neste nessa discussão mas, ao mesmo tempo, quando nós tomamos uma posição mais firme, até mesmo radical no sentido, né, para o mundo, de defender os nossos valores, eles falam assim ‘você é cristão, a Bíblia diz para poder amar’ aí a bíblia pode ser usada como argumento mas não de maneira total, mas somente parcial, e me dirijo aqui antes de adentrar os meus argumentos né, a militância né que está aqui hoje, homossexuais, pessoal que veio aqui de forma correta até a casa para poder conversar e dialogar, de que a esquerda ela usa vocês assim como as outras demais tipos de ativismos que há no Brasil como por exemplo a militância...

É como lá o que acontece nos Estados Unidos do Black lives matter, como acontece também com pessoas né que estão com dificuldades de achar uma casa, como a questão do MST, MTST, enfim, utilizam vocês, eu digo isso porque nós temos aqui pessoas de partidos comunistas que essa mesma foice e martelo perseguiu homossexuais lá atrás, isso é um fato não é uma opinião minha, isso é da boca do Fidel Castro do homem que fundou fora de São Paulo junto com Lula e olha só que contradição: ao mesmo tempo que nós não temos direitos básicos no Brasil como saneamento básico, não é saneamento Vip Black Gold, é saneamento básico, e muitas pessoas aqui não possuem liberdade, por exemplo, um homossexual, assim como um hétero, de andar na rua de maneira segura com celular porque pode ser roubado.

Se ele usar aqui o transporte público como eu usei durante muito tempo na minha vida, ele vai encontrar um serviço prestado pelo Estado, péssimo. Se ele tiver algum problema de saúde fora até no seu bairro ali que seja numa UBS ele vai encontrar, delegado Caveira, uma prestação de saúde pública horrível.

¹⁰ Contrato civil de união homoafetiva - Comissão de Previdência 27/09/2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4IvhikiGOH4&t=1s>

Na escola talvez que seu filho a sua filha irá frequentar, que o estado fornece, ele vai encontrar uma prestação de infraestrutura, inclusive, péssima, mas nada disso importa. O que importa é que o Lula diz que tem compromissos com direito LGBT, sendo que você LGBT não tem, além disso, de falas do presidente, não tem mais nada que o governo possa te oferecer de direitos de fato, saúde educação transporte, nada, mas migalhas sendo oferecidas para uma militância que eles utilizam.

Até mesmo porque há homossexuais que não concordam com a militância e que são discriminados pelos mesmos, ou seja, não se enganem assim. Quando eles obtiverem o que eles querem, eles irão te descartar. Nós devemos lutar pela tolerância, mas isso não quer dizer que devemos lutar pela normatização de um comportamento ou de uma conduta. Até mesmo porque nós teríamos de normatizar outras condutas e outros comportamentos e isso que eu estou chamando atenção de que isso de fato é perigoso.

Então se o casamento pode ser tudo, já não é mais entre o homem e uma mulher, casamento pode ser entre um homem e um homem ou entre uma mulher e uma mulher, porque não o casamento não pode ser com três pessoas?

(.....)

porque não o casamento não possa ser infinitas pessoas? porque o casamento não possa ser com idades diferentes? não pode ser com uma pessoa de 40 e uma pessoa de 14? Por que que o casamento só precisa ser entre o homem e entre a mulher? Porque exatamente isso é o casamento, é exatamente isso que eu estou querendo dizer, é uma estrutura da realidade então podem, podem chamar do que quiser, não tem problema, só que as consequências, repito, civilizatórias e culturais disso é muito grande, e assim como lá atrás tudo que queriam era casar, tudo que queriam era ter os seus direitos assegurados, hoje nós já vemos... eu tenho certeza que não é a maioria aqui talvez que concorde com isso, mas não se passa mais de uma luta por aceitação passa por uma luta de imposição e isso, infelizmente, vai abrangendo a todos os espectros possíveis.

Hoje, se uma pessoa diz que eu não concordo, eu acho que não deve ter um casamento homossexual, ele é considerado um preconceituoso... agora, pois é, e quando eu chego e falo, por exemplo, se eu falasse para alguém aqui você concorda por exemplo com a Bíblia? Então, tem pessoas que não concordam e nem por isso eu chamo elas de preconceituosa (...)

Eu concordo que tenha que haver discordâncias. Muitos de vocês são somente a força bruta de um planejamento que vocês não tem ideia do que tá acontecendo, mas vocês jamais vão saber disso. Porque está num lamaçal ideológico tão grande que vocês não podem dar um passo atrás. Por que? Porque já tem compromissos ideológicos, uma pessoa já sabe que você

defende aquilo. Mas isso é ruim, porque nós como os adultos nós precisamos lutar pela verdade. E hoje a verdade ela já é ignorada. Olha só.. eu preciso de fato provar que a grama é verde. Se eu chego hoje e falo assim “mulher tem útero”, vai ter pessoas que vai discordar disso (...)

Se você utilizar um princípio, um princípio diz respeito às raízes, nós podemos discordar muitas vezes dos galhos, mas os princípios eles são norteadores de tudo aquilo que vai vir depois. (...)

Infelizmente isso acaba ficando algo teatral que as pessoas não conseguem sair do seu papel. Mas eu tenho certeza de que a verdade, diferentemente do que eles acreditam, ela é concreta, ela é real e ela é atestada por ela mesma.

A desestruturação da realidade gera consequências muito grandes e esta aqui é minha preocupação. Os comportamentos e as condutas devem ser tolerados mas não devem ser normatizados.